

Cauma definirá diretrizes de ocupação do DF

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) vai se reunir hoje de manhã para dar início à formulação de um plano diretor provisório para o Distrito Federal. O plano provisório foi um pedido da Câmara Legislativa, que aprovou um projeto de lei solicitando ao GDF um documento com as diretrizes básicas de planejamento urbano e rural, para preencher o espaço de tempo existente até a promulgação da Lei Orgânica, quando deve ficar pronto um plano diretor definitivo.

Na Câmara, a expectativa é que o plano diretor defina realmente as diretrizes básicas para ocupação e utilização do território do DF. O deputado distrital José Ornellas (PL), autor do projeto para o plano, disse ter certeza de que o governo fará um bom planejamento, mas esta matéria será muito discutida na Casa, sofrendo algumas emendas. Segundo Ornellas, o seu objetivo na elaboração do projeto é que o Executivo faça uma "macroorganização" do território, delimitando as áreas consideradas urbanas, rurais e até mesmo criando uma área suburbana para o DF.

José Ornellas afirma que o plano provisório deve conter também todos os planejamentos das obras e assentamentos de-

CARLOS MOURA



Roriz criou um grupo que definirá a ocupação das margens do Lago

envolvidos atualmente pelo GDF, como o metrô e Águas Claras. Outra preocupação de Ornellas é que o plano diretor controla e regulamenta questões importantes de ocupação do solo, como o caso dos condomínios rurais.

Emendas — Já o deputado Pedro Celso (PT) acredita que a proposta do governo será enviada apenas para "cumprir" uma determinação do Legislativo. O petista diz que o plano deve ser muito emendado na Câmara e ele mesmo pretende apresentar emendas no sentido de que se amplie a participação popular na elaboração do plano diretor. "Eu tinha um projeto de plano diretor que acabou vetado pelo governador. A participação popular nessa questão é fundamental", afirma Pedro Celso.

Outro parlamentar preocupado com o teor do plano provisório é Carlos Alberto (PCB). Segundo ele, apesar dessa proposta ter validade até que a Lei Orgânica regulamente um novo

e definitivo plano diretor, ela deve ter um "horizonte amplo", com pelo menos 20 anos de validade e perspectiva. Carlos Alberto lembra que esse projeto vai marcar uma nova fase de relacionamento do Cauma com a Câmara, que aprovou uma lei restringindo a área de atuação do conselho.

Lago — Foi criado ontem pelo governador Joaquim Roriz um grupo de trabalho que será responsável pela elaboração do plano diretor para ocupação das margens do Lago Paranoá. O grupo é formado por membros de vários órgãos do governo do Distrito Federal. Maria Eulália Franco, diretora do Departamento de Turismo (Detur) coordenará os trabalhos como representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, e o administrador de Brasília, Haroldo Meira também comporá a comissão. Eles têm um prazo de 60 dias para concluir os estudos, contados a partir de ontem.